

Que sentido para a história e a historiografia? Propostas quanto à razão, ao contra-senso, à narrativa e à cultura

ESTEVÃO DE REZENDE MARTINS

Universidade de Brasília

I. O SENTIDO SEM SENTIDO DA HISTÓRIA

É difícil encontrar-se algo que pareça mais fora de época do que refletir sobre o sentido da história e ainda por cima associá-lo à razão. Ambas as coisas parecem desacreditadas a um tal ponto que qualquer tentativa de as levar (novamente) em conta parece, por sua vez, sem sentido e irracional. Alguma questão relativa ao sentido da história poderia ser absolutamente racional (no sentido de algo 'digno de adesão por boas razões')? A resposta, provavelmente, será um não. Sentido e razão parecem só poder ser recuperados às custas um do outro. No entanto, a racionalidade discursiva aparece como um fator determinante da sociabilidade humana. No campo da história, sua expressão maior foi (e é; e como se pretende propor à reflexão: sempre será) a narrativa. Recorre-se aqui ao conceito de narrativa compreendida como um tal discurso racional construído sobre uma base de quatro elementos: o horizonte de pré-compreensão social do tempo vivido, a pesquisa documental metodicamente efetuada, a intelecção interpretativa sintetizadora e a argumentação explicativa.

A interação desses elementos atua no plano da cultura histórica. Uma formação histórica "técnica" por certo aumenta as chances racionais da cultura histórica. De que modo? Mediante a abertura experimental, a sensibilidade estética, a reflexão política e as fundamentações discursivas. Essa cultura

depende de potenciais de significado que conservam e renovam a memória histórica e seus conteúdos. A pretensão racional da formação histórica articula-se com a suposição de que o sentido histórico da experiência sempre está pré-instituído como história – em si ou para alguém. A formação histórica não pode, todavia, dar-se por satisfeita com essa suposição e limitar-se a levar meramente adiante “heranças históricas” previamente dadas. Isso teria o elevado preço de admitir-se o abandono - tradicionalista e altamente restritivo - das experiências presentes do tempo que problematizam as condições e os regimes de vida dados. Os critérios de sentido que orientam as ações racionais humanas estão sempre embutidos objetivamente nas circunstâncias da vida, carecem de constante re-elaboração ativa na memória histórica, na qual se refletem as desafiadoras, provocativas experiências do tempo presente. Será que uma tal re-elaboração produtiva dos critérios de sentido pela consciência histórica pode efetivamente ocorrer ou é ela refém dos significados dados no passado por ela lembrado? Será que o trabalho de rememoração da consciência histórica estaria isolado das fontes de sentido que certamente continuam existindo quando o homem se sobrepõe às condições e circunstâncias que se impõem a seu agir, a fim de ponderar a possibilidade de algo radicalmente outro? Estará a memória histórica, com seu potencial de sentido, em contradição com uma expectativa de futuro carregada de sentido que fosse além do factual presente? Como se relaciona a construção do sentido operada pela consciência histórica com o futuro enquanto uma dimensão temporal da práxis vital atual, que justamente não se esgota no que a experiência temporal do passado contém de significado para a orientação no presente? Estas e outras questões equivalentes fazem parte do quotidiano social da comunidade de historiadores que se exprime na historiografia. Não lhes é, porém, exclusiva. Essas questões se põem tanto para o assim chamado “leigo” como para o profissional de história ou especialidade afim. Na historiografia como na fala em geral ou no discurso sociológico, politológico e análogos tenta-se construir um edifício racionalmente sustentável no qual realidade e imagem, dado e representação, origem e destino, objetivo e meta, base empírica e narrativa façam sentido. A aceitabilidade desse sentido é um problema cultural. Sua controlabilidade, sua plausibilidade, sua verossimilhança, sua capacidade de convencer e de manter-se dependem em primeira linha da comunidade de entendimento e fala em que o discurso é produzido e circula.

II. UM SENTIDO PARA O SENTIDO NA HISTÓRIA

A teoria da história já se vem ocupando, de há muito, com a crítica das representações da história e do conhecimento histórico como processo em si. Dedicar-se também em demonstrar que tais representações, enquanto se baseiem nos conceitos de sentido e de razão – na medida em que estes correspondessem a algo em si ou necessário – são insustentáveis. *Sentido*, em acepção tradicional, situa-se no contexto da tradição da filosofia da história, na qual a memória histórica é subsumida na categoria de uma evolução universal, abrangendo todas as culturas e todos os tempos. *Razão*, conexas com sentido, significaria a faculdade humana de assenhorar-se, cognitivamente, de tal evolução e de si mesma, ao dominar culturalmente seu mundo. *Razões*, para os fins desta reflexão, correspondem ao argumento (ou aos argumentos) mediante o qual a razão produz e reconhece o sentido. Na articulação desses três conceitos opera-se com uma mescla de pressuposto metafísico (a *razão* como elemento constitutivo comum aos agentes humanos), de narrativa discursiva (*razões*) e de conclusão significativa (*sentido*), de que resulta a constituição do passado como história.

‘Sentido’ significa, ademais, que a realização temporal do mundo humano é interpretada (ou interpretável) no *esquema da subjetividade*. As mudanças aparecem como devidas a uma intenção, como causadas por uma vontade teleológica. O conceito de sentido estaria assim intimamente coligado com a intencionalidade e a teleologia que caracterizam a ação humana como atividade de um sujeito pensante e reflexivo. ‘Sentido’ possui, por conseguinte, uma *conotação teleológica*. A história é entendida como submetida a um fim (bem entendido: posto, não necessário), as mudanças temporais no passado são vistas e representadas na perspectiva de um determinado direcionamento, ao qual o agir humano presente pode ser referido intencionalmente. Na medida em que o sacrifício (por uma causa, por exemplo) também é carregado de sentido – nem que seja pela inebriante interiorização de uma tarefa, missão ou semelhante, de cunho político, econômico, religioso – sempre se pode recorrer a uma direção imprímdida aos acontecimentos para responder à pergunta: para onde se ia? aonde se chegou? A experiência do passado é, assim, adaptada à expectativa do futuro (às intenções que para ele se tem ou teria) e, dessa forma, invertida.

“A” história como totalidade do mundo dos homens, abrangendo o passado, o presente e o futuro, surge então como síntese entre experiência e expectativa. O futuro se perfila nos impulsos normativos da práxis atual da vida concreta, que se nutre da experiência da práxis da vida passada e de sua força transformadora. O tempo que se cristalizou, nas experiências acumuladas do passado, como objeto do conhecimento histórico, readquire sua fluidez nos movimentos voluntários do agir presente, orientado justamente por esse conhecimento sobre os efeitos futuros de suas intenções. Este sentido está fundado em referências subjetivas desde muito cedo e possui, historicamente, uma raiz religiosa. O judaísmo e o cristianismo hipostasiaram à contingência intramundana dos acontecimentos inevitáveis com a qualidade subjetiva de um Deus agindo com onipotência. Esse Deus – plenamente secularizado com o Iluminismo – foi transposto para a qualidade subjetiva de uma concepção da humanidade que constituiu, antropologicamente, na ação dos homens e mediante ela, a unidade da história e o direcionamento temporal do universo.

O que se entendia tradicionalmente por “sentido da história” (e ainda é amplamente entendido hoje) era uma *qualidade subjetiva da evolução temporal do universo humano* que impregnava tanto os processos temporais reais no passado do mundo dos homens, como a dinâmica do agir guiado por intenções quanto o direcionamento normativo para um futuro esperado e buscado. O termo “sentido” nem sempre foi utilizado, mas sim a referência a seus atributos essenciais. Teologicamente, por exemplo, a referência era à providência divina, permitindo a elaboração de complexas teorias salvíficas da história, como por exemplo a teoria das épocas históricas ou dos ciclos repetitivos. Antropologicamente, tal qualidade mescla a experiência histórica com a representação de uma natureza humana ou de uma qualidade racional da conformação da vida humana comuns a todas as culturas e a todos os tempos. Do ponto de vista da filosofia da história, essa qualidade subjetiva do universo humano se reveste da determinação categorial do tempo como um todo, por exemplo como “idéia da humanidade e da cultura” (Ranke), como racionalidade da evolução temporal, como progresso, desenvolvimento, processo dialético, ou então – sob a influência do ceticismo, da dúvida ou da frustração – exprime-se por conceitos negativos: queda, regresso, decadência, etc. Enfim, a qualidade subjetiva a ostenta roupagem metafórica dos mais diversos conceitos-chaves da historiografia, como a noção de “hieróglifos” de Deus em Ranke.

QUE SENTIDO PARA A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA?...

Construído significativamente dessa forma, o mundo da história fica vulnerável à usurpação totalitária. A história passaria a ser apropriada cognitivamente e operada praticamente mediante crença no conteúdo religioso ou a adesão a versões secularizadas. Em nome da história ou em nome de alguma potência transformadora que se suponha ser-lhe constitutiva poder-se-ia remeter a ela, assim, como instância legitimadora das mais diversas e mesmo contraditórias estratégias do agir pessoal e social. Uma vez inserida no *telos* da vida prática de cada um, a história dotou a auto-afirmação dos sujeitos com uma força cultural decorrente da identificação com as forças que movem o mundo.

III. SENTIDO UTÓPICO

A atribuição – ou, se houver quem o prefira, a descoberta – de sentido é vinculada ao tempo, própria à consciência humana, não se esgota no recurso à memória – subjetiva ou coisificada. Há diversas alternativas. Dentre estas pode-se dar algum destaque a uma que parece ser cada vez mais corrente na historiografia contemporânea. Trata-se da historiografia exemplar. Nela, parece haver uma busca incessante de qualificar, delimitar, definir, estipular, quem é o sujeito histórico (individual, grupal ou social) que ela retrata e pretende orientar. Boa parte dessa tendência recorre (mais ou menos explicitamente) ao que se poderia chamar de ‘categorias ideais’, como eventualmente as de caráter utópico (modelares, paradigmáticas). Um caso possível é, por exemplo, o da idealização dos “vencidos”, “marginais”, “esquecidos”, “discriminados”, etc. O formato idealizador das relações sociais e de seus atores construiria um projeto “corretor” para a ação história – compreensiva, consciente, transformadora - ao menos intencionalmente.

Há projeções utópicas para o futuro, no entanto, que - por princípio - vão além do conteúdo objetivo do passado e cujo sentido específico consiste justamente nessa superação desses limites. Tais projeções acionam a esperança e nostalgia como impulsos importantes do agir transformador do homem e fazem delas fatores de orientação existencial que a consciência histórica, por si só, não pode gerar. As projeções utópicas para o inteiramente outro relativamente às circunstâncias da vida exemplificam a limitação racional da cultura histórica e sua dependência de constituições de sentido

metahistóricas. O extraordinário que se dá na atividade constituidora de sentido da consciência humana é a possibilidade de que, através dela, se transcenda o plano factual do que é meramente dado. Este ato de transcendência revela o inteiramente outro, que passa a desempenhar um papel co-determinante na organização cultural da vida.

Uma forma radical e comum desse inteiramente outro é a utopia. Não se trata do gênero literário específico do romance do início da Idade Moderna sobre o estado, e seus diversos desenvolvimentos até hoje, mas algo de mais fundamental: uma determinada forma de lidar, interpretativamente, com a experiência das circunstâncias dadas da vida.¹ O pensamento utópico define-se pela negação da realidade de determinadas circunstâncias da vida. Ele articula as necessidades presentes na expectativa referente às circunstâncias da vida ao deixar de lado as restrições efetivas que ocorrem na satisfação das necessidades. A constituição utópica de sentido baseia-se no pressuposto de que as condições atuais do agir se ponham como irrealis e se deixem superar pela representação de outras condições totalmente distintas. Essa “irrealidade” das experiências atuais relevantes para o agir ocorre, no final das contas, com a intenção de apresentá-las como fatores de perturbação de uma práxis ou de uma forma de vida desejável ou com o fito de suscitar um agir determinado que leve à superação dessas experiências concretas enquanto limitadoras de sua própria autodeterminação. Na medida em que o pensamento utópico “suspende” ficticiamente as circunstâncias reais da vida, introduz ele um certo viés na orientação existencial dos homens, no qual a representação de outras condições de vida passar a exprimir expectativas de alteração do mundo que motivam o agir.

Com tal qualificação foram concebidas e organizadas “narrativas-mestras” do pensamento histórico. Essas narrativas enraízam a identidade coletiva de seus autores e de seus destinatários nas profundezas da evolução histórica. A constelação de lembranças, representações, experiências, intenções e perspectivas normativas, que define o pertencer a esse ou àquele grupo, é transformada na imagem única de uma evolução histórica universal, na qual todos se reconheceriam como partícipes do processo do mundo humano. “A” história adquire seu perfil temporal como evolução de longo prazo de um sujeito-macro (a cristandade, a humanidade, a nação, o ocidente, etc.) no conjunto abrangente e articulado do passado, do presente e do futuro. Tem-se aqui sempre pontos de vistas universalistas, de acordo com os quais a

QUE SENTIDO PARA A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA?...

perspectiva temporal da autocompreensão é organizada: humanidade, razão, liberdade, civilização, cultura, etc.. O grupo-macro se autoconcebe, na narrativa-mestra, como o cerne “da” história. A alteridade dos demais não passaria, na melhor das hipóteses, de um desdobramento desse grupo ou até de seu contrário: experiências negativas, temores e receios, rejeitados na constituição do próprio eu, são mentalmente banidos, localizados para além da fronteira de um mundo estrangeiro, em casos extremos até qualificado como hostil, excluídos enfim. Metaforicamente poder-se-ia ver a diferença do outro como reflexo projeto dos próprios desejos e anseios, como, por exemplo, na imagem do “bom selvagem”.

“Sentido” não era ainda, contudo, o termo empregado para designar a qualidade subjetiva ativa e eficaz no tempo histórico. Essa palavra tornou-se um termo técnico somente quando a qualidade subjetiva teleológica da história perdeu credibilidade. Sua utilização indica essa perda. O conceito de “sentido” passa a aparecer como uma pergunta, em lugar dos conceitos sob os quais estava velado: razão, idéia, progresso, etc.). Pelo menos na tradição alemão da história intelectual e social, a expressão filosófica “o sentido da história” indica a perda de confiança originária do idealismo na qualidade subjetiva da história. Desde então esse conceito acompanha a reflexão acerca do desempenho, dos riscos, dos limites, da necessidade e do *modus operandi* do pensamento histórico e sobre seu papel na orientação cultural da práxis da vida humana.

Historicamente, essa perda coincide com o recuo da filosofia da história. A filosofia da história deixou livre às ciências históricas especializadas o campo da apropriação cognitiva do passado e limitou-se a tomar essas mesmas ciências como tema e a refletir sobre como elas procedem para fazer sentido. A ciência história não podia (nem pode) assumir a responsabilidade de oferecer garantia plena de sentido, pois não é nos procedimentos metódicos da pesquisa histórica que se encontra o atributo tradicional de sentido que caracteriza o passado como história. Pelo contrário, os pressupostos do método não podem ser estabelecidos por ele mesmo. Nas operações cognitivas da ciência histórica, o sentido da história se esvaiu na materialidade das informações objetivas sobre o passado, cujo significado para o presente não é automático, mas apenas constituível *a posteriori*, por operação específica do sujeito cognoscente. Cristalizada na informação sobre o passado garantida pelas fontes e obtida por operações racionais seguras, “a história” transferiu

seu sentido original para a competência significativa do sujeito cognoscente. Sujeito e objeto do pensamento histórico viraram as costas um ao outro. Com isso, a experiência histórica tornou-se subitamente sem sentido, ao tempo em que os atributos de sentido requeridos para a respectiva interpretação (chamados de “valores” – M. Weber) são vazios de experiência. [Kant: *Begriffe ohne Erfahrung sind leer, Erfahrung ohne Begriffe sind blind*].

É em Max Weber que aparece com maior clareza o banimento do sentido histórico da experiência do passado pela subjetividade que se debruça sobre ela e se reconhece nela. Para Weber, a qualidade objetiva da história caracteriza-se por uma absoluta ausência de sentido. Ele fala de um “incrível amontoado caótico de ocorrências, que se precipitam pelo tempo afora”. Por outro lado, ele considera que “o pressuposto transcendental de toda ciência da cultura” consiste em que “nós somos seres culturais, dotados da faculdade e da vontade de tomar posição consciente quanto ao mundo, atribuindo-lhe sentido”.

Junto com essa perda de objetividade do sentido histórico foi-se também a pretensão de racionalidade do pensamento histórico. Essa pretensão consistia em apreender e demonstrar o sentido histórico a partir da experiência histórica, mediante um tratamento interpretativo objetivo do passado humano. As ciências só puderam manter sua pretensão de racionalidade e de validade intersubjetiva de seus conhecimentos a um certo preço. Que preço foi este? O de só conseguir manter os critérios de significação, tomados como regras de interpretação, na medida em que perdessem o controle direto sobre eles e os sustentassem em uma instância meta-racional de subjetividade criadora, como a sociedade, por exemplo.

Originalmente, a razão tomou a si, em nome de uma filosofia da história guardiã do sentido, o “apreender” esse sentido (hermeneuticamente) nos conteúdos experienciais do passado. Para chegar lá, a razão investiu todo o instrumental da racionalidade metodológica da pesquisa histórica. Em seguida deu-se uma perda qualitativa, a razão limitando-se a meras funções de entendimento prévio, reguladas meta-racionalmente por critérios supostamente constitutivos do conhecimento histórico, aplicados pelos procedimentos metódicos da pesquisa histórica. Esses procedimentos, contudo, já não estão mais dotados das mesmas pretensões de validade que caracterizam os conteúdos informativos sobre o passado que se obtém pela investigação. Uma racionalidade científica, formal e metódica, aplicada ao conhecimento histó-

rico, perdeu a capacidade de apreender o sentido que o passado, constituído em história, tem para o presente.

Uma confissão interessante dessa impotência está na tematização da lembrança e da memória que anima, já há algum tempo, as ciências da cultura. Às voltas com as limitações de uma concepção de sentido capaz de racionalidade, as ciências da cultura voltam-se para os “lugares da lembrança”. Neles, o lidar com o passado dá-se de modo perfeitamente significativo – com isso, o passado é valorizado na vida presente sob a forma de orientação cultural. Lembrança e memória, como práticas culturais gerais da orientação concreta da vida individual e social, aparecem como uma verdadeira recuperação da realidade humana efetiva – e por vezes afetiva –, carregada de sentido histórico, que é percebida como uma espécie de paraíso perdido, em contraste com a fria racionalidade da pesquisa histórica objetiva. É claro que esse olhar para a significação da memória cultural se perde no vazio, pois os cientistas preservam o rigor metódico – o calor da lembrança histórica é logo moderado no controle crítico de seu conteúdo informativo, e de sua verossimilhança, com que a ciência opera.

A perda de sentido que o fim de uma filosofia da história concebida teleologicamente significa é irreversível. Afinal, essa filosofia da história não faliu por causa de eventual incapacidade das ciências especializadas de adotar suas categorias e de as integrar em sua concepção da interpretação histórica, mas sim por motivo de uma experiência do tempo que fez desmoronar o que ela suponha ser uma correlação teleológica necessária entre passado, presente e futuro. O pensamento histórico foi atropelado por uma experiência catastrófica do primado da contingência. Acumulam-se assim as crises da modernização que, desde o final do século 19, têm gerado, com radicalidade crescente, expectativas de orientação cuja satisfação pelas concepções teleológicas tradicionais da história se tornou cada vez mais problemática. Algumas das experiências mais radicais dessa ruptura histórica – bem mais do que uma crise de orientação a mais nos processos de modernização – foram, sem dúvida, o holocausto nazista dos judeus e o arquipélago gulag estalinista.

A perspectiva crítica alcançada por essa experiência é usada pelo pensamento histórico para pensar a si mesmo, revelando um acumplicamento de suas concepções tradicionais de sentido com tais catástrofes e fazendo-as soçobrar. O pensamento histórico que se vale da certeza racional e da confi-

ança adquirida nos sentidos tradicionais acabou por tornar-se um fator ativo do próprio processo histórico que teria (ou deveria ter, ou deveria ter tido). A filosofia da história como atribuidora de sentido passou a ser vista como uma arma na luta por poder [cristianismo, revolução, Lênin, etc.], na qual o sentido da história que a filosofia da história pode ter apreendido, proposto, hipostasiado, elaborado, deixa de ser relevante. Critérios racionais universalistas acabam sendo desmistificados, revelados como particularidades generalizadas ideologicamente. Suas respectivas pretensões de racionalidade, universalidade, neutralidade afinal permitiram perceber a vontade de poder de grupos particulares, cujos interesses próprios passaram a ser incondicionalmente generalizados, colocando outros interesses – sobretudo os divergentes – em posição de subordinação, por bem ou por mal. A diversidade cultural e a diferença empírica entre pessoas, grupos ou mesmo sociedades são niveladas mediante critérios universais, de modo que a hegemonia de uma determinada cultura sobre as demais se efetive e consolide ideologicamente.

IV. NOVAS QUESTÕES ACERCA DO ANTIGO SENTIDO

O que aconteceu com o sentido histórico? Será que ainda faz sentido utilizar a categoria de sentido ao se lidar com história? É surpreendente constatar que essa categoria não se esvaiu no fogo cerrado da crítica à ideologia das concepções teleológicas do sentido da história presentes nos primórdios do pensamento histórico moderno. Pelo contrário, a categoria “sentido” manteve-se perseverantemente e jamais deixou de ser empregada. E isso aconteceu em diversos planos.

Em primeiro lugar, a filosofia da história sobreviveu à crítica epistemológica e às reações das ciências especializadas. Ela reaparece sob novas roupagens, sob as quais se pode reconhecer facilmente a substância teleológica da concepção tradicional de sentido. Isso vale, por exemplo, para a interpretação da grande reviravolta de 1989 como o “fim da história”, que afinal não é nenhum caso isolado de um pensamento histórico ultrapassado, mas sim desencadeou uma viva polêmica sobre a capacidade de evoluções históricas chegarem a termo ou ao fim. A filosofia hegeliana da história ganhou, com a tematização do fim da história, uma inesperada atualidade, aliás também na sua variante pós-moderna, na qual a teleologia tornou-se o *telos* de sua própria supressão.

Além da hegeliana, também a variante spengleriana do pensamento histórico de inspiração teleológica passou por uma recente revalorização. A interpretação de Samuel Huntington da história universal como um “conflito das civilizações” entende a evolução temporal do mundo humano mediante a concepção do sentido de “culturas” como macro-sujeitos lutando entre si pelo poder. Uma vez mais a história aparece como um contexto temporal global, caracterizado subjetivamente pelas “civilizações” e, por isso mesmo, “facilmente” compreensível pelos indivíduos familiarizados com o tratamento subjetivo dos acontecimentos como plenamente compatível com a intencionalidade subjetiva do agir político de cada um (no caso, do respectivo autor).

Esses exemplos de um renascimento da filosofia da história com a lógica da teleologia ou com algo semelhante a ela demonstram que continuam ocorrendo experiências concretas do tempo que permitem uma interpretação por recurso a uma subjetividade constitutiva dos processos históricos. Pelo jeito, a categoria sentido proveniente da filosofia tradicional da história, como instrumento cognitivo para as interpretações históricas das experiências do presente, ainda não disse a última palavra. É ainda uma questão aberta saber-se se e como ela resistirá à crítica decorrente da evidência da inconsistência lógica das concepções universais de sentido e de sua aplicação política na busca de hegemonia. Isso porque esses exemplos estão contaminados pelo eurocentrismo de sua perspectiva histórica. Não está demonstrado, contudo, que tais concepções sejam necessariamente elaboradas de forma etnocêntrica, tornando-se assim o cerne de propostas ideológicas de conquista de poder, nem está excluído que concepções de sentido possam ser consideradas, na perspectiva da(s) diferença(s) cultural(is) e da pluralidade, como condições concorrentes para o sentido histórico em geral.

A categoria de sentido passa também por uma certa revalorização na medida em que seu significado tradicional é desbancado pelo subjetivismo do debate sobre teoria da história após o *linguistic turn*. Dissociado dos conteúdos experienciais pelos quais o passado está presente na realidade atual, “sentido” acabaria não passando de uma elucubração subjetiva na interpretação da história. O pensamento histórico torna-se assim um resultado simbólico da consciência histórica. Essa consciência, por recurso à capacidade criativa da interpretação lingüística do mundo, produz um sentido cuja qualidade é a de transformar o mero passado em história, para o presente. Por certo

este sentido, como já se disse, tem pouco conteúdo empírico, pois encerra uma dimensão cultural que o passado só adquire *a posteriori*, mediante a capacidade de lembrar-se e a faculdade de interpretar dos sujeitos do presente. Sentido seria então 'mero' produto subjetivo do pensamento histórico, elaborado por sobre os conteúdos experienciais do passado. Sua qualidade meta-empírica é expressa pelo termo "ficcionalidade". É claro que assim já fica patente que tal sentido não é propriamente um sentido histórico. Pois se "histórico" significa um atributo experiencial do sentido, o que é justamente o contrário da produção estético-literática de sentido que vai além dos limites da experiência, então o sentido histórico tem de manter-se dentro desses limites. A relação entre os dois tipos de sentido só pode ser complementar, e não excludente.

A tematização da lembrança e da memória – a que já aludi – representa outro passo na direção da experiência enquanto qualidade intrínseca do sentido histórico. Não resta dúvida de que se trata, aqui, da integração de uma experiência real no contexto cultural de orientação da práxis contemporânea – razão pela qual o que aconteceu e foi experimentado como importante e significativo merece ser mantido presente pela lembrança. Por mais que essa importância e esse significado tenham sido produto de uma remodelagem do acontecido de acordo com os interesses daquele ou daqueles que se lembram e sejam ajustados às necessidades e expectativas do presente, não se teria razão suficiente para decretar a obsolescência em si do conteúdo experiencial do ocorrido. Se a abordagem metahistórica do caráter ficcional desse significado especificamente histórico prevalecer no plano em que os homens recorrem à lembrança para saber quem são, de modo a poderem organizar suas vidas com base na experiência acumulada e interpretada no fluxo das mudanças temporais, esses mesmos homens considerariam sem sentido, sem relevância, sem influência, sem importância, uma lembrança entendida como mero exercício de ficção, vê-la-iam como ilusão, se não como cortina de fumaça, a que jamais confiariam a realidade efetiva de suas vidas.

Uma segunda lacuna da qualidade de sentido que se atribui ao pensamento histórico sob a forma de lembrança e de memória cultural diz respeito ao estatuto cognitivo da constituição de sentido mediante a lembrança. Justamente porque a experiência do passado está intimamente ligada a qualidades de sentido relevantes para a finalidade da orientação cultural no presente, as construções de sentido que apresentem um passado afastado da

experiência empiricamente sustentável, mas simultaneamente enunciado como rememorado enquanto história, aparecem – à luz da crítica do conhecimento racional – como pouco dignas de confiança. Razão, como conceito-síntese da faculdade de conhecer e de suas pretensões de verdade, faz-se valer perante o sentido da lembrança sob a forma de crítica. Assim, a relação do conhecimento científico para com a lembrança histórica pré-científica foi entendida como desagregadora e destrutiva, como dissolução do sentido presumido da experiência histórica interpretada para o fim da orientação pessoal, grupal ou social.

À guisa de conclusão provisória, digamos que a necessidade de sentido que a ciência, com seu desempenho crítico, não consegue satisfazer, não deixa de influenciar o interesse cognitivo científico: a virada contemporânea para a cultura como categoria interpretativa prevalente na pesquisa histórica pode ser entendida como movimento de busca de sentido. Uma abordagem “integradora”, que busca articular tanto o patrimônio “de senso comum” da vida e da ação humanas em sua multiplicidade e diversidade, quanto o(s) produto(s) da atividade científica, abriga-se sob a expressão “cultura”, e suas respectivas “ciências”. Pode parecer incongruente, tentar reunir o “amplo” do agir humano com o “específico” de uma de suas formas, a científica. Não o é, contudo, em nada. Ao contrário, parece dispor de elementos tendentes a superar algumas das aporias (aparentes ou não), por exemplo, de propostas de cunho metodicamente desengajado, como a “pós-moderna”.

Cultura pode ser entendida, tentativamente, como o conceito-mestre da interpretação subjetiva do homem ao lidar consigo mesmo e com seu mundo. Ela é idêntica ao processo mental de atribuição e constituição de sentido sem o qual a vida humana seria impossível. Sempre é necessário ter-se interpretado culturalmente o mundo se se quiser assenhorear-se dele pela ação. Sentido é justamente o que a cultura produz no processo da vida humana: ela dota o mundo e os homens com uma qualidade subjetiva sem a qual os sujeitos humanos não poderiam lidar consigo mesmos e com seu mundo pela ação e pela paixão. Ao voltar seu interesse cognitivo para a cultura, a ciência histórica busca apreender no campo dos objetos de investigação e da historiografia, o atributo de sentido da vida humana, cujo contexto abrangente de passado, presente e futuro lhe havia escapado. Sentido assume a forma fascinante dos construtos culturais das formas passadas da vida humana que, para o presente, representam no mínimo um reflexo do senti-

ESTEVÃO C. DE REZENDE MARTINS

do, com freqüência sob forma estética (poesia, arquitetura, pictórica, cerâmica, etc.), capaz de suprir o déficit de sentido relativo a tal passado, por parte da experiência do presente.

BIBLIOGRAFIA

Muller, Klaus E./Rüsen, J. (eds.). *Historische Sinnbildung. Problemstellungen, Zeitkonzepte, Wahrnehmungshorizonte, Darstellungsstrategien*. Reinbek: Rowohlt, 1997.

Rüsen, Jörn (ed.). *Westliches Geschichtsdenken. Eine interkulturelle Debatte*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1999.

Guazzelli, C. A. B./Petersen, S. R. F./Schmidt, B. B./Xavier, R. C. L. (eds.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

Niess, Frank. *Interesse an der Geschichte*. Frankfurt: Campus, 1989.

Leduc, Jean. *Les historiens et le temps*. Paris: Seuil, 1999.

Rüsen, J./Gottlob, M./Mittag, A. (eds.). *Die Vielfalt der Kulturen. Erinnerung, Geschichte und Identität 4*. Frankfurt: Suhrkamp, 1998.

Mergel, Th./Welskopp, Th. (eds.). *Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft*. München: Beck, 1997.

Ricoeur, Paul. *Temps et récit. 3. Le temps raconté*. Paris: Seuil, 1985.

NOTAS:

¹Sobre a abrangência da noção de utopia veja-se W. Vossbkamp (edit.): *Utopieforschung. Interdisziplinäre Studien zur neuzeitlichen Utopie*. 3 vols. Stuttgart, 1982, Frankfurt, 1986, 2a. ed.

RESUMO: A cultura história racional é o ambiente em que o procedimento metódico da ciência histórica produz historiografia sob a forma de narrativas. As narrativas são simultaneamente apreensoras e atribuidoras de sentido, ao lidar com as fontes e ao elaborar sua síntese. A experiência humana do tempo, refletida sob forma de história como (re)construção do passado, encerra sempre um componente utópico de sentido e de transformação prática do agir.

PALAVRAS-CHAVES: Cultura histórica, sentido, historiografia, razão, utopia.

ABSTRACT: The historical rational culture is the ambiance in which the methodical proceedings of the historical sciences produce historiography as narrative. The narratives both apprehend and create sense simultaneously, as they handle their sources and produce their syntheses. The human experience of time as the (re)construction of the past as history includes always an utopian element of sense and of practical transformation of the ways how to act.

KEY WORDS: Historical culture, sense, historiography, reason, utopia.